

**Procedimento concursal comum para ocupação de 1 posto de trabalho na categoria de técnico superior, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado**

**Código da Oferta na BEP - OE202409/0873**

**Ref. 13/2024 – Divisão de Obras Municipais**

A Prova de Conhecimentos será escrita, realizar-se-á individualmente, com uma duração de 90 minutos, com tolerância de 30 minutos.

Será composta por:

- Grupo I – 6 questões de escolha múltipla (1 valor cada)
- Grupo II – 8 questões de resposta direta (1 valor cada)
- Grupo III – 1 questão de desenvolvimento (6 valores)

Bibliografia e legislação necessárias à preparação dos temas de suporte:

- Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação – Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas;
- Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, na sua atual redação – Código do Procedimento Administrativo (Parte I – Capítulo II – Princípios Gerais da Atividade Administrativa; Parte III – Título I – Capítulo V – Dos Prazos; Parte III – Título II – Capítulo II – Secção IV – Da Audiência dos Interessados);
- Estrutura Nuclear e Estrutura Flexível da Câmara Municipal de Torres Vedras, publicada na 2.ª série do Diário da República n.º 106, de 03 de junho de 2024;
- Código dos Contratos Públicos (CCP), Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação;
- Regime Jurídico que estabelece a qualificação profissional exigível aos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projetos, pela fiscalização de obra e pela direção de obra – Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, na sua atual redação;

- Regime jurídico aplicável ao exercício da atividade da construção – Lei n.º 41/2015, de 3 de junho, na sua atual redação;
- Conteúdo obrigatório do projeto de execução, bem como os procedimentos e normas a adotar na elaboração e faseamento de projetos de obras públicas, designados «Instruções para a elaboração de projetos de obras», e a classificação de obras por categorias, aprovado pela Portaria n.º 255/2023, de 7 de agosto;
- Regime jurídico da urbanização e edificação - Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação;
- Regulamento municipal da urbanização e edificação do Concelho de Torres Vedras, disponível na página eletrónica do Município de Torres Vedras;
- Regime da Acessibilidade aos Edifícios e Estabelecimentos que Recebem Público, via Pública e Edifícios Habitacionais - Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto, na sua atual redação.

Durante a realização da prova de conhecimentos é permitida apenas a consulta de legislação simples (não comentada/annotada), devendo os/as candidatos/as interessados/as em fazer uso desta faculdade trazer cópia da mesma.